

**Atividades educativas:
iniciativas para a construção do Direito Humano à Alimentação Adequada**

*Education activities:
initiatives for the construction of the Human Right to Adequate Food*

**Verônica Oliveira Figueiredo¹, Maria Eduarda Martins Silva¹,
Lisa Helena Corrêa de Moura¹, Lorena Pimenta Peres Lopes¹,
Carolina Muniz Pessanha D’Almeida de Brito¹, Luisa Paulino
Tannuri¹, Letícia da Silva Coutinho, Fabiana Bom Kraemer²,
Flávia Milagres Campos³, Aline Gomes de Mello de Oliveira¹,
Laura Kiyoko Ide¹, Joyce Tarsia Garcia Cafiero¹.**

Resumo

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa e indispensável à realização dos direitos constitucionais concebendo, desse modo, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O objetivo deste estudo é relatar as experiências nas ações extensionistas, tendo como foco a reflexão sobre Direito Humano à Alimentação Adequada em um público infanto-juvenil em situação de extrema pobreza. Ao utilizar a observação participante como técnica para acessar parte do cotidiano vivenciado pelo público alvo, percebemos a necessidade de construir propostas capazes de estimular a participação do mesmo nas ações educativas em torno da alimentação. Assim, adotamos, algumas atividades coletivas como rodas de conversa, dinâmicas e oficinas culinárias, de modo a dar espaço ao pensamento crítico por meio da criação e execução de estratégias no âmbito da alimentação, capazes de colocar crianças e adolescentes como protagonistas de práticas sociais.

Palavras-chave: Atividade Educativa. Direito humano à alimentação adequada.

Abstract

Adequate food is a fundamental right of the human being, inherent in the dignity of the person and indispensable to the realization of constitutional rights, conceiving the Human Right to Adequate Food. The objective of this study is to report the experiences in the extensionist actions, focusing on the reflection on the Human Right to Adequate Food in a child and youth public in situations of extreme poverty. By using participant observation as a technique to access part of the daily life experienced by the target audience, we perceive the need to build proposals capable of stimulating the participation of the same in educational actions around food. We adopted some collective activities such as conversation wheels, dynamics and culinary workshops, in order to give space to critical thinking through the creation and execution of strategies in the field of food, capable of placing children and adolescents as protagonists of social practices.

Keywords: Education activities. Human Right to Adequate Food.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) - Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

e-mail: veronica@nutricao.ufrj.br, eduarda.mems@gmail.com, lisahcmoura@gmail.com, lorennapp123@gmail.com, carol.muniz@gmail.com, tannuriluisa@gmail.com, alinemello@nutricao.ufrj.br, joycecafierno.ufrj@gmail.com, leecoutinho@live.com.

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

e-mail: fabianakraemer@gmail.com

³ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) - Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

e-mail: flaviamilagrescampos@gmail.com

1. Introdução

Segundo o Relatório do Banco Mundial (2016), com dados referentes ao período 2004-2012, cerca de 130 milhões de latino-americanos foram considerados cronicamente pobres, o que é caracterizado pela manutenção dessa condição social (VAKIS; RIGOLINI; LUCCHETTI, 2016).

Em 2013 o Brasil apresentava um percentual de 4,0% da população em extrema pobreza e 8,8% em pobreza (IBGE, 2013). Essa realidade é influenciada por questões relativas à alimentação desta população e, de acordo com Castro (2015), os brasileiros ainda estão longe de uma alimentação que alcance a promoção da saúde, considerando que esta promoção está vinculada aos direitos constitucionais.

Questões diversas como sistema alimentar, práticas alimentares, qualidade dos alimentos, obesidade, desnutrição e fome estão no cerne dos debates que evidenciam a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (DIAS et al., 2017; BATISTA et al., 2016; BURLANDY, 2004; ALVES e JAIME, 2014). Nesse sentido, temas políticos e sociais, como educação, moradia, saúde, acesso à alimentação, bem como suas formas de preparo, se conectam ao conceito de SAN, que há 12 anos foi estabelecido no Brasil por meio da criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) que visa assegurar o direito humano à alimentação adequada.

A fome pode ser produzida pelo contexto social, político, econômico e histórico, mas encontra seu significado e expressão no cotidiano. Portanto, a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, concebendo, desse modo, o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).

Desta forma, o trabalho aqui descrito sobre questões em torno do DHAA está circunscrito a uma realidade específica, um grupo social da comunidade do antigo aterro sanitário em Jardim Gramacho, Duque de Caxias-RJ. Partimos do pressuposto que a (re)descoberta de caminhos para a conquista deste direito pode se dar a partir de um processo de reflexão crítica pelos sujeitos sociais inseridos em um contexto desfavorável, por meio de rupturas de mecanismos sociais que perpetuam o distanciamento dos direitos humanos.

Acreditamos que atividades educativas sejam capazes de evidenciar os direitos constitucionais que podem ser acessados por um grupo social. Segundo Freire (2011), o processo educativo tradicional tem como prática a transferência do conhecimento ao outro, de modo unilateral e passivo. A defesa da educação deve caminhar em direção à formação de sujeitos sociais emancipados e, assim, quanto mais crítico e reflexivo for o aprendizado, maior a possibilidade de se construir o que Freire chama de curiosidade epistemológica, sem a qual não se alcança o conhecimento ampliado do objeto.

Assim, o objetivo deste estudo é relatar as experiências nas ações extensionistas, tendo como foco a reflexão sobre Direito Humano à Alimentação Adequada junto a um público infanto-juvenil em situação de extrema pobreza, por meio de estratégias educativas.

2. Percorso Metodológico

A aproximação do campo e do público se deu por meio de parceria com a Associação Projeto Gramachinhos, uma organização sem fins lucrativos que oferece atividades culturais e educativas a diversas crianças e adolescentes residentes no antigo aterro sanitário em Jardim Gramacho, no município de Duque de Caxias (RJ). As atividades ocorreram no período de abril a setembro de 2018 com a participação deste grupo com idades variando de oito a dezessete anos.

Este estudo trata-se de um relato de experiência, geradas a partir das atividades extensionistas realizadas com o público, estando as mesmas inseridas no escopo do Projeto de Extensão Direito Humano à Alimentação Adequada para populações invisibilizadas: uma realidade dos gramachinhos. O termo “gramachinhos” é utilizado com o intuito de fazer alusão ao público infanto-juvenil residente na comunidade.

Para apreensão dos temas a serem trabalhados e preparo das estudantes participantes do projeto, realizamos pesquisa bibliográfica e debates, contemplando os conceitos de DHAA, território e educação alimentar e nutricional. Assim, iniciamos as visitas na sede do Projeto Gramachinhos, buscando alinhar o referencial teórico com a realidade do local.

Utilizamos a observação participante como técnica para acessar as práticas sociais dos sujeitos, considerando que a mesma possibilita a relativização do espaço social onde ocorre o estudo, tornando dinâmica a interação entre atores acadêmicos e não acadêmicos.

Buscamos estimular a fala do público, bem como apreender as reações e expressões durante as atividades educativas propostas, tendo como princípio que esses elementos são carregados de sentidos e significados, o que contribuiu para nossas reflexões. Desse modo, assumindo o papel de observadoras de um contexto social, utilizamos como instrumento o diário de campo, que possibilitou o registro de nossas impressões, além de auxiliar na lembrança do que foi vivido ainda no território (Oliveira et al., 2013).

Ao realizar a transcrição para o diário de campo, criamos um documento cuja proposta seria uma construção coletiva, o qual foi denominado de *Relato de Campo*, conferindo mais densidade aos dados observados e mais diversidade aos registros.

Para compreender o lugar de moradia e as condições que as crianças e adolescentes viviam, percorremos o bairro e visitamos moradores, pois, segundo Milton Santos (2007), o território é uma categoria de análise social, uma vez que se apresenta como recorte do espaço qualificado por seu sujeito, nele a vida das pessoas se realiza plenamente. Portanto, nada escapa ao território, sendo o lugar das trocas e das experiências de vida, fazendo com que o território funcional e o simbólico sejam indissociáveis.

A atividade escolhida como porta de entrada foram as aulas de reforço escolar ministradas por voluntários da Associação. Nesse primeiro momento de aproximação, os encontros contemplaram duas turmas, tanto no turno matutino quanto no vespertino, a saber: 1º ao 4º ano e 5º ao 9º ano, compreendendo os dois segmentos do ensino fundamental, totalizando cerca de 40 alunos em cada turno.

Durante as aulas, participamos com a responsabilidade de contemplar o conteúdo previsto, essencialmente de Português e Matemática, ou como auxiliares de voluntários da Associação. Nossa participação se deu na perspectiva de evidenciar questões pertinentes ao direito humano à alimentação adequada, sem deixar de contemplar o conteúdo previsto para as aulas.

3. DHAA no território e atividades educativas

À luz do conceito de território dado por Milton Santos (2007), indo à campo, observamos que os processos ocorridos ao longo da história - pregressa e ainda construída - corroboram para que pessoas, ao serem colocadas em um lugar à margem da sociedade, desenvolvam objetos que tornar-se-ão seus próprios instrumentos materiais de vida.

Em nossa reflexão, percebemos o quanto estão correlacionadas questões no/do território ao DHAA. Nesse sentido, observamos ruas sem pavimentação; casas construídas com o auxílio de materiais descartados como madeira, placas de sinalização, tapumes de obra, papelão, ferro e qualquer outro que pudesse ser aproveitado para tal fim; mangueiras de grosso calibre nas ruas, que auxiliam na distribuição de água para as casas que advém de uma cisterna responsável por captar água da chuva que, por falta de tratamento adequado, apresenta coloração turva. Essa água é utilizada pela população para beber, realizar higiene pessoal e cozinhar. Ademais, porcos se aproveitavam das poças de lama e pessoas recolhiam frutas em sacos de lixo com a presença de insetos. A população não tem rede de esgoto e acesso à energia elétrica e, deste modo, acaba dependendo de ligações clandestinas (popularmente chamadas de 'gatos'), o que devido à aleatoriedade de picos de energia, acabam danificando os poucos eletrodomésticos que existem dentro das residências.

O acesso aos alimentos se dá, majoritariamente, por meio de doações, seja daquele oferecido pronto, como lanches ao final das aulas de reforço, ou por cestas básicas semanais, que geralmente contém leite, arroz, açúcar e biscoitos, que são levadas para o domicílio. Uma das condições para receberem a cesta é estarem inscritos em alguma atividade da Associação, na tentativa de se fomentar alguma responsabilização no sujeito. Diante do cenário e considerando que as práticas sociais se constituem uma matriz determinante dos sujeitos, percebemos a necessidade de se repensar tais costumes, associando-as à conjuntura política que atenda à comunidade.

Percebemos que as aulas praticadas apresentavam um caráter expositivo, com pouca interação dialógica e, nesse cenário, as carteiras escolares seguiam uma disposição enfileirada e as estratégias pedagógicas adotadas pelo voluntário, como ditado e resolução de operações matemáticas no quadro branco, revelaram certa tendência para a prática de uma abordagem tradicional de ensino. No entanto, consideramos que o papel da Associação não é ser uma instituição de ensino, mas sim de voluntária na oferta de atividades diversas para o público infanto-juvenil, com a finalidade de minimizar as desigualdades sociais e garantir o exercício da cidadania dos moradores da região. Assim, adotamos, de modo estratégico, algumas atividades coletivas como rodas de conversa e oficinas culinárias, enfatizando, por exemplo, durante a elaboração das receitas, as questões pertinentes às disciplinas de português e matemática, o que estimulou o envolvimento do público no processo educativo.

A primeira atividade educativa realizada foi intitulada “Palavras que alimentam” (Figura 1). Elaboramos sílabas em pequenos quadrados de papel colorido, que poderiam formar nomes de itens relacionados à alimentação. A interação foi imediata. Separados em grupos e com um objetivo em comum, as crianças foram participativas e demonstraram interesse na aula, buscando tirar dúvidas sobre a forma de escrita dos alimentos. Observamos que, apesar de termos planejado nomes relativos a um contexto específico, outros nomes foram “inventados” pelos grupos, possibilitando o exercício da criatividade.

Paralelamente, compreendemos que um trabalho de extensão nos ensina, exatamente, pela experimentação da prática, pois não esperávamos palavras como bacana, baço, bate e, ainda que, a grafia de outras, como “abaxi”, não fosse a correta, trabalhamos a escrita de modo coexistente, o que, apesar de inesperado, tornou-se um diferencial na atividade. Nesse sentido, seguindo princípios de Freire (2014), buscamos compreender um erro ortográfico como uma possibilidade de acesso ao padrão culto da língua portuguesa. Ao final desse período, as crianças participaram da elaboração de uma salada de frutas (Figura 2) que foi servida ao fim da atividade.

Figura 1: Atividade educativa “Palavras que alimentam”, realizada na sede do Projeto Gramachinhos, Jardim Gramacho, em 27 de junho de 2018.



Fotos: Lorena Pimenta (2018).

Figura 2: Elaboração da salada de frutas com participação das crianças e adolescentes, realizada na sede do Projeto Gramachinhos, Jardim Gramacho, em 27 de junho de 2018.



Fotos: Carolina Muniz (2018).

A fim de trabalhar aspectos sensoriais dos alimentos, produzimos outras atividades, como uma dinâmica com olhos vendados (Figura 3) onde as crianças deveriam descobrir qual era o alimento a partir do tato, olfato e paladar e a degustação de alimentos com diferentes texturas onde puderam degustar um mousse de banana e torradas com azeite e orégano.

Em ambas atividades, notamos muitas descobertas por meio dos sentidos. Foi perceptível o cuidado e o empenho ao tentarem, incansavelmente, expressar suas opiniões sobre os possíveis alimentos que estariam em suas mãos ao terem os olhos vendados. Outrossim, ao degustarem as preparações, o fizeram de modo reflexivo, buscando perceber os sabores e, portanto, os ingredientes que compunham receitas. Essas dinâmicas nos permitiram refletir que existem sentidos humanos que podem estar tão marginalizados quanto os corpos que os carregam.

Figura 3: Dinâmica com ênfase nos aspectos sensoriais dos alimentos, realizada na sede do Projeto Gramachinhos, Jardim Gramacho, em 27 de setembro de 2018.



Fotos: Verônica Figueiredo (2018).

Com o objetivo de encerrar nosso primeiro ciclo de ações do projeto, realizamos a “Oficina Culinária: cozinhar e calcular” (Figura 4), que ocorreu no dia 16 de julho de 2018, no laboratório culinário do Restaurante Universitário central da UFRJ, durante dois turnos (matutino e vespertino), com a participação de cinquenta gramachinhos no total. Visamos, com a atividade, ampliar a aplicação da matemática no cotidiano de uma cozinha e, assim, acrescentar conhecimentos culinários e sensoriais de novos ingredientes.

As receitas culinárias foram definidas previamente, com critérios que buscavam atender a diversidade de vegetais, utilização de proteína animal e variação entre opções salgadas e doces. No dia da oficina, optamos por separar os grupos nas bancadas por idade e receita, inserindo em cada grupo um voluntário/monitor para direcionar e auxiliar nas preparações. Sendo assim, as crianças maiores ficaram responsáveis por preparações que iam ao forno, como o hambúrguer de vegetais e o muffin de banana. As menores ficaram com as preparações mousse de abacate, suco verde, biscoitos de coco e trouxinha de legumes.

Durante a oficina, distribuimos uma folha com atividades matemáticas para cada grupo de crianças, de acordo com as receitas. Assim, durante a produção, elas deveriam pesar, quantificar e anotar as porções e o rendimento total, elaborando operações básicas como divisão e multiplicação, ocasionando, para alguns, um verdadeiro desafio.

Ao final da atividade, percebemos, por meio de relatos e abraços um sentimento de satisfação. Os gramachinhos se envolveram em todas as etapas e o entusiasmo foi explícito entre os participantes. A concentração e o trabalho em conjunto foi protagonista desde a preparação das receitas até a limpeza das bancadas.

Com relação às folhas de atividades matemáticas, percebemos certa dificuldade em conciliar os conceitos matemáticos com as produções culinárias. Por vezes, somente um aluno sobressaia no grupo, tomando para si a responsabilidade de responder a folha de atividade por ter sido considerado por seus amigos o mais inteligente ou esperto do grupo, fato que ocorreu independente da idade, como observamos na bancada dos alunos mais velhos, onde o mais novo foi o responsável pelo preenchimento da folha.

Figura 4: Oficina culinária: cozinhar e calcular, realizada no laboratório culinário do Restaurante Universitário central da UFRJ, em 16 de julho de 2018.



Fotos: Verônica Figueiredo e Carolina Muniz (2018)

4. Considerações finais

Entendemos que conhecer a dinâmica territorial, bem como o acesso aos alimentos por esse público nos ajuda a compreender, além da questão social, as questões ambientais e políticas que envolvem e, de certa forma, determinam a realidade dessa comunidade em Jardim Gramacho. Ao considerar tal contexto, uma reflexão apresentada por Freire instigou nosso envolvimento, enquanto sujeitos acadêmicos, com as crianças e adolescentes dessa região:

Por que não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? (Freire, 2011, p.32)

Nesse sentido, durante as atividades educativas, notamos intensa participação e envolvimento dos gramachinhos em todas as etapas. O interesse pelas novas descobertas e debates acerca dos temas tratados eram comuns e perceptíveis nas falas de cada participante.

Desse modo, o respeito aos saberes dos educandos, conforme apontado por Freire, faz parte de uma prática de ensino que valoriza o diálogo e a construção de novos saberes, a partir de sua própria vivência.

A troca de conhecimentos entre os extensionistas e os alunos foi preciosa para construção de uma transdisciplinaridade acerca do direito à alimentação, contribuindo também para a compreensão sobre sensibilidade, equidade e inclusão.

A partir do entendimento de que a reprodução dos processos e ações pelos sujeitos, de certa forma, pode aprisioná-los em um modelo rígido de aprendizado e, portanto, distanciando-os dos postulados de Paulo Freire, adotamos atividades educativas que valorizassem o pensamento crítico dos participantes por meio da criação e execução de ações no âmbito da alimentação, buscando colocar crianças e adolescentes como protagonistas de práticas sociais.

Referências

ALVES, K.P.S.; JAIME, P.C. A Política Nacional de alimentação e Nutrição e seu diálogo com a Política Nacional de Segurança alimentar e Nutricional. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n.11, p. 4331-4340, 2014.

BATISTA, L.M.G.; et al. Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 494-504, 2016.

BURLANDY, L. Segurança Alimentar e Nutricional: intersetorialidade e ações de nutrição. **Saúde em Revista**, 6(13):9 -15, 2004.

CASTRO, I.R.R. Desafios e perspectivas para a promoção da alimentação adequada e saudável no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 07-09, 2015.

DIAS, P.C. et al. Obesidade e políticas públicas: concepções e estratégias adotadas pelo governo brasileiro. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 7, 2017 .

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**: síntese de indicadores 2013. Coordenação de Trabalho e Rendimento. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

OLIVEIRA, F.G.V.C. et al. A experiência dos diários reflexivos no processo formativo de uma residência multiprofissional em saúde da família. **Interface** (Botucatu), Botucatu, v. 17, n. 44, p. 201-210, 2013.

SANTOS, M. **Território, Territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3ªed, Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

VAKIS, R.; RIGOLINI, J.; LUCCHETTI, L. **Left Behind**: Chronic Poverty in Latin America and the Caribbean. Latin American Development Forum. Washington, DC: World Bank, 2016.

Recebido em: 31 de outubro de 2018

Aceito em: 01 de novembro de 2019